

QUALIDADE no ENSINO

Horácio Almendra

horacio.almendra@iqe.org.br . www.iqe.org.br



Colaboração:

Maria Helena Braga / mhelena.braga@iqe.org.br
Maria Sidalina Gouveia / sidalina.gouveia@iqe.org.br
Cristina Luiza Garbuio / cristina.garbuio@iqe.org.br
José Gayoso / jose.gayoso@iqe.org.br
James Zomighani / james.zomighani@iqe.org.br

Continuidade e diversidade: princípios básicos para a educação

Maria Helena Braga

Supervisora Pedagógica de Programas do IQE – Instituto Qualidade no Ensino

Qualidade na educação é um tema bastante discutido por educadores, especialistas, pesquisadores da educação e, também, por jornalistas. Tem-se tornado comum os cadernos ou seções voltados para a educação apresentarem índices de desempenho dos alunos e de investimentos monetários dos governos nas escolas, comparações entre os sistemas públicos de

diferentes países, compras de materiais que prometem melhorar o processo de aprendizagem. Não é uma discussão nova: data dos anos 1970 quando a rede pública de ensino iniciou o processo de universalização, aprofundado nos anos 1990, década em que, finalmente, ela se concretizou com as matrículas atingindo 97% das crianças em idade escolar.

Vemos, desde então, tentativas em todos os âmbitos que gerem a educação - de tendências pedagógicas a sistemas organizacionais - muitas bem intencionadas, mas que pouco sucesso têm alcançado efetivamente na qualidade do ensino. Parece-me que, em algum ponto, as ações governamentais perdem-se e pouco se avança no sentido da transformação necessária à

formação de pessoas capazes de se estabelecerem como cidadãos, em uma sociedade que se desenvolve economicamente e que, portanto, torna-se mais exigente a cada dia. Então, apesar dos esforços, o que mais deveria ser considerado pelos sistemas

públicos de ensino? Cláudia Molinari e Mirta Castedo, pesquisadoras da educação, apontam os princípios de diversidade e de continuidade como fundamentais à

consolidação dos objetivos e conteúdos pedagógicos. Diversidade porque os conteúdos são diversos, assim como os estilos e ritmos de aprendizagem. A diversidade torna o ser humano mais rico em conteúdos culturais e

sociais. Assim, quanto mais formas encontrarmos de trabalhar os conhecimentos, quanto mais aspectos dos conhecimentos forem apresentados aos alunos como objeto de estudo, tanto mais rica será sua formação. No entanto, a diversidade não pode ser o único princípio orientador. Há que se considerar, também, algo que aparentemente é contraditório a ela, mas, de fato, é

complementar: a continuidade.

A continuidade entre os conteúdos e os objetivos configura-se como elemento de coesão entre os pontos da diversidade. Como exemplo, podemos citar a área de

Língua Portuguesa, cuja proposta curricular baseia-se nas diferentes situações comunicativas, nos diversos gêneros textuais adequados a cada uma delas, nas diferentes abordagens didáticas que

permitem ao aluno ler, produzir e analisar as regularidades e excepcionalidades que a regem. A continuidade apresenta-se no cuidado da elaboração de um currículo estruturado que considera as características cognitivas e linguísticas das diferentes fases do desenvolvimento humano, e que, além disso, permite ao aluno revisitar gêneros textuais durante todo o processo de escolarização, já que a aprendizagem se dá por aproximações sucessivas e dependendo aprofundamento da capacidade de compreensão. É o elemento que consolida os conhecimentos construídos em diferentes momentos de aprendizagem.

Se transportarmos as

considerações acima para todo o sistema público, veremos que os dois princípios também são fundamentais para a consolidação da qualidade. A educação, necessariamente, deve atender à diversidade para que a formação de seu aluno seja a mais completa possível e para que possa atingir a nuances que caracterizam cada região geográfica,

cada escola, cada aluno. Uma sociedade democrática somente se estrutura nas diferenças. No entanto, se não houver coesão entre as ações empreendidas por diferentes sistemas, por diferentes governantes, se não houver continuidade das ações que alcançam sucesso, entre um mandato político e outro, as tentativas serão praticamente anuladas. Para que os esforços não

se constituam como pontos isolados, que iniciam e terminam em si mesmos,

o prosseguimento das boas práticas educacionais é fundamental. É o elemento que poderá dar estabilidade às intenções educacionais de uma política pública.

Infelizmente, é o que não vemos acontecer em grande parte do país. Governos que se sucedem e que desvalidam boas práticas dos anteriores, que introduzem Políticas de Governo ao invés de darem continuidade a Políticas de Estado em detrimento da qualidade da educação. Compararmos performance educacional em diferentes países, como é feito através do PISA – Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), certamente é importante. Mais importante ainda é analisarmos como aqueles de melhor desempenho chegaram lá. Não será surpresa se continuidade for a marca registrada.